

Resumo de apresentação no I Congresso Internacional PIATAM, Mesa Redonda “Integridade Biótica na Amazônia”, Centro de Convenções do Studio 5, Manaus-Amazonas, 12 de dezembro de 2006

Desmatamento na Amazônia e os impactos em potencial das obras do Plano Plurianual (PPA)

Philip M. Fearnside
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-

INPA

<http://philip.inpa.gov.br>

O Plano Plurianual (PPA) apresenta uma longa lista de obras de infra-estrutura para construção no período 2004-2007. Muitos dos projetos previstos para Amazônia teriam severos impactos ambientais e sociais. Estes incluem a rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), a rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319), o gasoduto Urucú-Porto Velho, e a hidrelétrica de Belo Monte. Cada uma destas obras é extremamente polêmica, tendo impactos maiores e benefícios menores do que os seus proponentes afirmam. No caso da rodovia Santarém- Cuiabá (BR-163), que seria reconstruída e pavimentada para servir como corredor de exportação de soja a área a ser atravessado pela rodovia está, em grande parte, fora do controle do governo brasileiro, com um clima generalizado de impunidade e de fora da lei. Pavimentando a estrada apressariam perda de floresta mais adiante na área, como também apresse a migração de “grileiros” (grandes apropriadores de terra) para outras fronteiras. No caso da rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319), a reconstrução da estrada, que está fechada desde 1988, facilitaria a migração do “Arco de Desmatamento” de Rondônia para a Amazônia Central e para Roraima. A cidade de Manaus deve sofrer uma entrada rápida de população devido à atração de emprego nas fabricas da Zona Franca de Manaus, onde a renda média por capita é mais do dobro da renda média em Porto Velho. No caso do gasoduto Urucú-Porto Velho, acesso seria facilitada a partir de Rondônia para o bloco de floresta no oeste do Estado do Amazonas, ainda muito mais intacta do que outras partes da região amazônica. No caso da Hidrelétrica de Belo Monte, a barragem forneceria a justificativa para a construção de barragens a montante no rio Xingu com grandes reservatórios em áreas indígenas. Mais crítica é a barragem de Babaquara, rebatizada de Altamira, que é planejada para inundar 6.140 km², ou o dobro da área de Balbina. Todos estes projetos ilustram graves problemas com o sistema atual de tomada de decisão sobre projetos de infra-estrutura.